



GABINETE DO VEREADOR MANO DO SOM

INDICAÇÃO /2025

Indico à Mesa Diretora desta Casa Legislativa, depois de ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja encaminhado veemente apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inacio Lula da Silva, ao Exmo. Sr. Camilo Santana – Ministro de Educação do Brasil (MEC) – ao Exmo. Sr. Leonardo Osvaldo Barchini Rosa – Secretário Executivo, e a Exma. Sra. Kátia Schweickardt – Secretária de Educação Básica, atento às necessidades da população brasileira, venho, com fundamento no artigo 205 da Constituição Federal, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado, apresentar a seguinte:

Inclusão da disciplina de Educação Financeira e a disciplina de Empreendedorismo como componente obrigatório na grade curricular da Educação Básica.

JUSTIFICATIVA

Indica-se ao Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, a inclusão da disciplina de Educação Financeira e Empreendedorismo como matéria obrigatória na grade curricular da Educação Básica, abrangendo os ensinos fundamental e médio, em todas as redes de ensino.

A Educação Financeira é um instrumento essencial para a formação de cidadãos conscientes, autônomos e preparados para lidar com os desafios da vida adulta. A crescente complexidade do sistema financeiro, somada ao elevado número de brasileiros endividados e sem conhecimento básico sobre finanças pessoais, evidencia a urgência dessa medida.

Ensinar desde cedo noções de planejamento financeiro, consumo consciente, poupança, investimentos e responsabilidade fiscal contribui significativamente para a construção de uma sociedade mais equilibrada economicamente, reduzindo a inadimplência e promovendo o bem-estar social.



1. Da Fundamentação Legal

O artigo 205 da Constituição Federal determina que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Educação Financeira está diretamente alinhada com esses objetivos, sendo, portanto, plenamente justificável sua inclusão obrigatória.

2. Dos Benefícios Esperados

- Redução do analfabetismo financeiro no Brasil;
- Formação de jovens mais preparados para lidar com o dinheiro e mercado;
- Estímulo ao empreendedorismo e ao planejamento de vida;
- Melhoria nos indicadores econômicos e sociais a médio e longo prazo.

3. Conclusão

Diante do exposto, encaminha-se esta indicação ao Governo Federal, para que sejam tomadas as medidas cabíveis no âmbito do Ministério da Educação, a fim de incluir a Educação Financeira e Empreendedorismo como disciplina obrigatória nas escolas públicas e privadas do país.

Coloco-me à disposição para dialogar sobre o tema e reforçar a importância dessa integração para o País.

De Ciência: Aos acima citados, a todos os órgãos da imprensa em geral.

Sala das Sessões, da Câmara de Vereadores, 14 de Abril de 2025.

AUTOR